

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

dos instrumentos de planeamento é, ainda e sempre, o da desdensificação. Herdados da problemática da insalubridade do século XIX, e desenvolvidos através da cruzada moralizadora do Movimento Moderno, os princípios que regulam contemporaneamente o ordenamento do território, na maior parte dos países, balizam-se ainda pela necessidade de controlar a densidade por baixo. Por outro lado, a arquitetura e, sobretudo, os seus desenvolvimentos mais recentes têm-nos provado, à saciedade, que é possível e, por vezes, mesmo desejável edificar densidade com qualidade.

Aproveitar a crise para redensificar os centros das cidades com habitação e equipamentos a custos controlados, reabilitando edificações existentes e construindo nos vazios urbanos pode constituir um meio sustentável de requalificar a vida e de devolver à cidade a população que, ao longo das últimas décadas, foi sendo expulsa pela ação da especulação imobiliária.

José António Bandeirinha

Racismo

O racismo, resultando do projeto da modernidade, tem sido reconfigurado na inter-relação de processos, estruturas e ideologias que ativam e reproduzem relações desiguais de poder, condicionando o acesso a recursos socioeconómicos, culturais e políticos pelas populações etnicamente *marcadas* como inferiores em relação a ideias/práticas de ser *européu*. Esta condição de inferioridade é interpretada como o modo de *ser* dessas populações, a ser “corrigido” por políticas públicas com vista à sua assimilação/integração.

Considerar uma abordagem política e histórica ao racismo é fundamental no contexto atual de *crise*, dado que é nestas conjunturas que são ativas narrativas despolitizadoras das relações de poder, conduzindo a uma interpretação do racismo como uma questão de preconceito, de reação à *diferença*, validando os contextos históricos e políticos que produziram tais atitudes. A raiz desta conceção hegemónica de racismo situa-se no contexto pós-Holocausto e dos debates da UNESCO sobre o estatuto científico do conceito de “raça”, que evadiram a relação entre “raça”, processos de formação nacional, condições pós-coloniais e de cidadania na Europa.

O entendimento sobre o racismo não pode portanto ser separado das abordagens políticas e académicas dominantes que o têm constituído. Nesse sentido, os debates atuais sobre a *integração/inclusão social* das minorias étni-

cas e imigrantes são cruciais para compreender os padrões duradouros de racismo. Alimentando o pressuposto da homogeneidade nacional, estes debates têm conduzido mais à discussão sobre a *presença* de imigrantes/minorias e as suas *características* (i.e., *contrastes* e *inadequações* culturais) do que à problematização do próprio racismo. É neste contexto que as alternativas que a luta antirracista coloca passam pela contestação radical de ideias excludentes do “nós” *nacional*, baseadas na afirmação de uma história que converte em natural o que foi e é parte do projeto político específico moderno/colonial/racial.

Marta Araújo e Silvia Rodríguez Maeso

Rap

Um estilo de música e de poesia originário da Jamaica e dos guetos das grandes cidades dos EUA, e hoje cultivado pela juventude excluída e inconformista dos bairros populares de todo o mundo. Consiste num texto e num ritmo de batida. O texto é mais importante do que a melodia e a harmonia, uma característica que o *rap* partilha com o canto gregoriano. O ritmo da batida permite variações. Há pausas para frases solitárias e de solidão, em que o *rapper* se interrompe a si próprio como se bebesse um copo de água mental. Tem uma duração variável e pode ser grande como se fosse uma *jam session*.

O *rap* é um grito de revolta contra a injustiça social, o racismo e a violência. Mas é também um grito de revolta contra os gritos de revolta que até agora não deram em nada. O *rap* cria o lugar onde estão as pessoas e os seus dramas íntimos; as lutas de resistência e as resistências na luta; a criatividade moderna entre a loucura, a violência e o fanatismo; a rutura com o *ancien régime* e todos os novos silêncios do universo a que chamamos deus e com quem julgamos falar na farmácia, no ponto de droga, na meditação, no *jogging*; a poesia, sempre à beira de não existir; a brutalidade sedutora da ordem e do progresso; e sobretudo tanta coisa que nem imaginamos que exista porque existe sob a forma de ausência e que, no pior (melhor) dos casos, nos cria mal-estar, provoca insónias e nos faz mudar de namorada ou namorado.

O *rap* é herdeiro da tradição de “cantautores” como Zeca Afonso, José Mário Branco, Fausto, Sérgio Godinho, Adriano Correia de Oliveira, Luís Cília e Manuel Freire, que usaram a força expressiva da arte para combater a repressão e a censura. O *rap* alarga o conceito de música de intervenção, exprimindo a revolta e a raiva da juventude urbana dos subúrbios das cidades.